

O LUGAR DA MULHER NA IMPRENSA NEGRA PAULISTANA (1915-1924)¹

Marina Pereira de Almeida Mello²

Resumo: em um cenário marcado por ideias e ideais pautados pela racialização das diferenças e por um conseqüente processo de eugenia e higienização, negros e negras paulistanas descendentes de escravizados assumiram discursos identitários e lugares de enunciação e participação que por vezes, contrariaram as expectativas de subalternidade subjacentes à superação do regime escravista. Tais discursos e lugares, embora de cunho etnicizante, não fugiram completamente aos referenciais de *ordem, progresso e civilização* difundidos e legitimados pela ideologia dominante. Entretanto, a despeito do racismo e do machismo reinantes, é possível perceber nos discursos proclamados pela imprensa negra paulistana comportamentos e ideais dissonantes por parte de algumas mulheres negras que, à revelia do desejo de ordenamento, disciplina e adaptação ousaram celebrar a liberdade nas ruas, festas e bailes promovidos em grande parte por elas dentro das comunidades negras paulistanas. Este estudo aborda, pois, o lugar da mulher negra na imprensa negra paulistana, entre os anos de 1915 e 1924.

Palavras-chave: mulheres negras paulistanas; relações interétnicas; imprensa negra paulistana; resistência feminina no século XX.

Abstract: in a scenario marked by ideas and ideals guided by the racialization of differences and by a consequent process of cleansing and eugenics, black women and black men, residents of São Paulo, descendants of enslaved assumed identity discourses and also occupied places of enunciation and participation that sometimes contradicted the expectations of subordination underlying the overcoming of the slave regime. Such speeches and places, despite its ethnic character not completely escaped of the referential of order, progress and civilization spread legitimized by the dominant ideology. However, despite the reigning racism and sexism, we can see between the lines of speeches proclaimed by the black press in São Paulo, behaviors and ideals dissonant from some black women who, in default of the desire for order, discipline and adaptation dared to celebrate freedom in the streets, parties and dances promoted largely by them within black communities in São Paulo. This study presents an analysis of discourses about black women at São Paulo's black press between 1915 and 1924.

Keywords: black women in São Paulo city; interethnic relations; black press in São Paulo city; female resistance in the twentieth century.

¹ Esse artigo é uma versão adaptada do capítulo 4 de minha dissertação de mestrado, intitulada *O resurgir das cinzas: negros e paulistas no pós-abolição. (Identidade e Alteridade na imprensa negra paulistana: 1915-1923)*. (Mestrado em História), São Paulo, FFLCH-USP, 1999. Pesquisa financiada pelo CNPq.

² Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS da FFLCH/USP, professora colaboradora do CEA-Centro de Estudos Africanos/USP e pesquisadora do Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos/Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da USP/SP. Professora da FacFITO-Faculdade de Ciências da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco.

Introdução

"Uma determinada condição humana é erigida à categoria de problema, quando... não se coaduna com um ideal, um valor, ou uma norma. Quem a rotula como problema, estima-a ou a avalia anormal... O que explica, portanto esse 'problema' de nossa ciência social é uma alienação, uma forma mórbida de psicologia coletiva...O negro é povo no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente" (Guerreiro Ramos)

O que sucedeu aos negros paulistas após a abolição da escravatura?

A impressão que se tem ao se verificar as obras que tratam do período, sobretudo no que tange ao campo da *história oficial e didática*, é a de que mulheres e homens negros foram tragados repentinamente do processo social, posto que nestes discursos a escravidão cessa e os indivíduos outrora escravizados “somem” ou, o que é pior, passam a ocupar apenas o noticiário policial.

A história oficial nos faz supor que negras e negros deixaram de ser escravas e escravos (a força produtiva preponderante durante o sistema escravista) para dar lugar a imigrantes saudáveis, civilizados, trabalhadores sagazes e incansáveis, que vieram para o nosso país trazendo as luzes e os louros da civilidade e do progresso, país, desse momento em diante, assentado em relações de produção subitamente avançadas. Esse novo mundo seria naturalmente inacessível àquela *turba ignorante de pretos selvagens e atrasados*.

A saída imigrantista foi a solução encontrada pelas elites paulistanas para apagar o que consideravam a nódoa causada pelo atraso da escravidão. Acabava-se com o trabalho cativo por uma questão de conveniência política e econômica, mas, apesar de todas as tentativas, não se conseguiu acabar com o povo negro. Vê-se, portanto, que se trata de um período (fins do século XIX e início do XX) bastante conturbado, de profundas transformações estruturais que abalaram todos os setores da vida social. (AZEVEDO, 1987)

A decorrente substituição do trabalho compulsório pelo trabalho livre provocou a alteração substancial nos modos de vida e, conseqüentemente, das relações interpessoais e coletivas. A supressão tardia e relutante do sistema escravista não resultou na necessária mudança das mentalidades, fortemente assentadas no patriarcalismo, no racismo e no machismo.

Em um cenário pretensamente cosmopolita e moderno como se pretendia a capital paulista, o processo de substituição de mão de obra inerente a este período desqualificou e marginalizou paulatinamente negras e negros nas condições de um mercado de trabalho urbano cada vez mais especializado e exigente. Da condição de "animal doméstico" e, portanto, absolutamente necessário, com o advento da industrialização e a vitória da solução imigrantista para o problema da mão de obra, o negro passou a representar um incômodo, um entrave ao progresso, à ordem e à civilização ansiadas.

É comum que em uma sociedade caracterizada pela busca de um modelo ideal de ser humano, os processos identitários de alguns indivíduos e grupos não sejam reconhecidos e tampouco legitimados pela ideologia dominante, gerando o que Goffman (1988) sugere serem "discrepâncias entre a identidade real e a identidade virtual".

Ou seja, deslocados e proscritos por não se encaixarem nos papéis celebrados pela nova idealização de "ser humano", negras e negros paulistas do período pós-abolição continuam a ser estigmatizados por permanecerem em contradição com o ideal celebrado e almejado do branco, rico, culto, enfim, civilizado. Evidentemente, para não sucumbir, tiveram que encontrar alternativas de resistência diante da alteração da ordem que se instituía à sua revelia.

Nesse sentido, a marginalidade imposta às populações não brancas pode ser atribuída, dentre outros fatores, a teorias, práticas e padrões de comportamento e cultura celebrados pelas elites dominantes, parte de um processo instaurado e sedimentado durante mais de três séculos de escravidão e tráfico humano. Essa situação viabilizou a disseminação de estereótipos e preconceitos que alijaram o elemento negro, acossado sob diversas formas de opressão e violência. Este estava submetido não apenas a violência física, mas também e, sobretudo, a uma *violência simbólica* que, embora nem sempre fosse visível ou mensurável, tanto quanto a outra, deixou marcas profundas na constituição de sua identidade.

Assim, a violência e a opressão não se processaram de uma forma direta, dado que o povo negro – espoliado e reprimido em suas formas tradicionais de organização social e cultural – empreendeu uma luta pela sua reabilitação moral, social e cultural; ou seja, pela sua integração a esta nova ordem *de ciência*, condizente com um dado referencial de *civilização*; uma luta pela imposição de sua

alteridade e visibilidade numa sociedade que o queria inaudível, invisível e anônimo.

Dada a crescente mobilização e organização do operário imigrante, que se insubordinava contra as condições precárias e opressivas do trabalho no Brasil, aos poucos, o elemento negro nacional foi sendo incorporado à força produtiva. Além disso, após a Primeira Guerra Mundial, certos fatores evidenciam transformações fundamentais na estrutura da sociedade, até então de base agrário-exportadora, quais sejam: crescente urbanização, acentuada industrialização, expansão dos mercados interno e externo. O eixo da economia se deslocou do campo para a cidade e o mundo sócio-político se alterou em um ritmo bastante acelerado. Nesse contexto, a imprensa e a escola se afiguraram como mecanismos emergentes de integração social, em detrimento de instituições tradicionais como a Igreja e a Família. Desse modo, transformações nos padrões de comunicação e sociabilidade colocaram as mulheres – brancas ou não – frente a novos papéis, para além das tradicionais funções relacionadas à maternidade e à criação dos filhos.

A partir do fenômeno da grande imigração em massa patrocinada pelo Estado – entre 1890 e a eclosão da Primeira Guerra Mundial –, a composição étnica de São Paulo se altera substancialmente, com a consolidação de uma expressiva vantagem numérica para as populações brancas. Simultaneamente, a capital paulista emerge como polo do desenvolvimento industrial e mercantil, decorrente do refreamento das exportações de manufaturados europeus, gerado pelo conflito mundial. No governo de Venceslau Brás (1914-1918), a retração das importações produziu um ligeiro surto industrial. Os não-brancos, alijados do processo de trabalho regular, engrossaram o exército industrial de reserva, passando a exercer atividades marginalizadas e discriminadas pelos imigrantes, que, pobres ou ricos, se protegiam na concessão e criação de empregos em frentes de trabalho melhor remuneradas e com maior prestígio social.

A imprensa negra paulistana, cujo primeiro jornal data de 1904 (*O Baluarte*) seguido de um lapso de mais de uma década, ressurgiu então apenas em 1915, quando concomitantemente às transformações mencionadas ocorre uma interrupção do fluxo de europeus para o Brasil. Possíveis causas para esta retração da imigração podem estar relacionadas à taxaço do café como produto supérfluo pelos Estados Unidos, então o maior comprador do produto brasileiro, bem como à

mudança da preferência pela emigração para outros pólos de atração de mão de obra.

O auge da imprensa negra paulistana nesta primeira fase foi o ano de 1918, que coincide com um vigoroso crescimento da produção industrial de bens de consumo no Brasil. Como ocorre ainda hoje, o espaço por excelência do elemento negro não era o institucionalizado; não era o ambiente da fábrica nem dos sindicatos que seduzia e mobilizava o negro. Este se agremiava visando fundamentalmente o lazer e o divertimento. O lúdico era seu referencial maior. O seu espaço era o da rua, dos becos, vielas e praças. Após séculos de confinamento compulsório, pode-se dizer que esse negro egresso da escravidão escolhia o lado de fora e não o de dentro – das fábricas, fazendas e demais instituições.

A vida associativa dos negros paulistanos: dos salões de baile aos jornais

As agremiações negras no Brasil se iniciaram no período colonial com as confrarias religiosas de cunho católico. Embora suas funções não se resumissem ao culto dos santos, dado o caráter eminentemente católico da sociedade patriarcal e escravista da época, esse tenha sido um dos aspectos predominantes. Cumpriam também um papel social, econômico e ideológico perante o grupo negro na sociedade colonial. A ajuda mútua econômica que propiciavam era muito importante, pois facultava a alguns escravizados a compra de sua liberdade. As confrarias corroboraram a separação de negros, mulatos e brancos, visto que a base da integração proposta era de cunho religioso e econômico e não étnico.

De acordo com Maria Izaura Pereira de Queiroz (1977), após a abolição, a "consciência coletiva" tenderia, em geral, a se exprimir através de associações voluntárias, cristalizadas e formalizadas, cujos objetivos são aceitos pelos membros. Assim, a existência da consciência coletiva pode ser conhecida através da existência ou não de associações voluntárias de negros e dos objetivos por estas estabelecidos, partindo-se do princípio de que sua inserção no processo de produção era marginal.

A consecução do projeto de nacionalidade das elites foi comprometida pelo fato de que, na sociedade burguesa do início da República, a quantidade de cultura marginalizada e excluída era muito expressiva para ser desconsiderada. Ao grupo negro associado, coube a tarefa de se integrar nesse processo, sem, contudo,

perder sua alteridade; ou seja, reconhecendo no outro um ser diverso e dissociado de si, sem que essa integração significasse fusão, em que um se anula e o outro – o superior – aparece.

No entanto, a questão étnica foi escamoteada em prol da integração na sociedade de classes, configurando agremiações que se caracterizaram num primeiro momento não pela crítica ao sistema, mas pela reivindicação por integração. A mobilização dos grupos negros se deu princípio, por meio do lúdico, da recreação e da celebração, para daí partir para os jornais. Entretanto, as dificuldades materiais e humanas para essa empreitada foram eram consideráveis.

[...] A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte. (LEITE, 1992, p. 33)

Poucos tinham disposição e recursos para lançar e manter um jornal e não havia um consenso do grupo acerca do caráter das agremiações: se mantinham a ênfase no aspecto mundano ou no cultural. Salientando que a cultura da época primava pelo tom livresco, ilustrativo e academicista, constatamos que esses traços permearam as atividades da incipiente elite negra.

Na edição de número 25 do jornal *O Kosmos*, lemos um artigo a propósito das dificuldades que o Grêmio Kosmos enfrentava no tocante ao aluguel de salões para suas reuniões:

Em nosso jornal número 23 falei a respeito dos salões, onde as sociedades de homens de côr, promovem suas festas e ensaios e a maneira porque são tratados. Falei que, si elas reunissem, poderiam ter uma séde, onde dariam suas reuniões com maior vantagem. Gosando (sic) de algumas regalias; [...]

Quadro 1: principais clubes e associações de negros no período de 1915-1921, de acordo com as fontes consultadas

O Alfinete / Seção: Pelos Salões	A Liberdade / Seção: Pelos Salões	Depoimento de José Correia Leite	A Sentinella / Seção: Sociedades
Kosmos, Pendão Brasileiro, 28 de Setembro, Elite Flor da Liberdade, Cruzeiro do Norte, União da Mocidade, Estrela da Concordia, Chuveiro de Prata	Grêmio Recreativo Brinco de Princeza, G.R.D.B.L. Bandeirante, Centro Recreativo Smart, Elite Flor da Liberdade, Centro Recreativo Paulistano, Colombo (não recomendada pelos seus bailes de maxixe)., Centro Humanitário José do Patrocínio, Sociedade recreativa Ituano.	Kosmos, Treze de Maio, Brinco de Princeza, 28 de Setembro, Auriverde, Paulistano	Grêmio Recreativo Rainha Paulista, Grêmio Bota e Setenta Grêmio Recreativo Nictheroy

Com o passar do tempo, alguns integrantes oriundos dessas sociedades a princípio dançantes, de recreação, lazer e entretenimento, percebendo o estado de penúria e degradação da maior parte da comunidade negra, procuram ampliar seus horizontes e o espectro de sua atuação. Através da união e da mobilização de seus membros, intentam transformar o caráter dessas associações de meros locais de socialização e diversão, procurando conscientizar seus membros de modo a estimular e desenvolver-lhes a solidariedade. A partir dos exemplos oferecidos pelos vários grupos imigrantes da capital, esperavam dar a essas associações um caráter beneficente e educativo dentro dos moldes ditados por aqueles grupos.

Os clubes passaram a oferecer, a seus frequentadores, bibliotecas, cursos de teatro e formação profissional, de carpintaria, marcenaria, costura, bordado e de outras qualificações que pudessem, de alguma maneira, promover a autonomia socioeconômica de mulheres e homens negros. No entanto, estas aspirações nem sempre vingavam e isso pode ser percebido pela descontinuidade e interrupções injustificadas nas edições dos jornais, que esbarravam não só em dificuldades de ordem financeira, mas, também, em dificuldades com relação à distribuição de tarefas e recrutamento de colaboradores.

Percebemos que todos se envolviam e se empenhavam na conquista e cobrança de assinaturas dos jornais. O que, de certa forma, propiciava uma renda para a manutenção das atividades recreativas e culturais das agremiações. Os jornais não eram vendidos somente no próprio clube de origem, mas também em outros clubes "amigos" ou de mão em mão, em alguns pontos previamente fixados, como bancas de engraxate ou mesmo no endereço residencial de redatores e

diretores dos respectivos jornais. A esse respeito, disse Leite: “Os jornais da época, os pequenos jornais, circulavam nesse tipo de concentração de rua, mas o forte da distribuição eram os bailes.” (LEITE, 1992, p. 45)

Quadro 2: balanço do Centro Smart de 1919 a 1920⁴

RECEITA		DESPEASAS	
Mensalidades	874\$000	Música	491\$500
Leilão de Flores	405\$400	Salão	445\$000
Rateio	358\$100	Prolongado e expediente	97\$500
		Auxílio à Caixa Beneficente	47\$000
		Difícit (sic) até julho de 1919	199#900
Saldo em Agosto de 1919	1.640\$100	Total	1.280\$900
Saldo que passou para a Directoria de 1920 a 1921	359\$200		

Na edição número 5 do jornal *O Kosmos*, lemos um histórico da agremiação que foi fundada em 15 de novembro de 1908, devido a divergências "político-sociaes" de um grupo que se separou da sociedade *18 de Agosto*. O jornal da entidade, porém, só foi lançado em 1915.

Eram muitas (as sociedades negras da época): *Kosmos*, *Treze de Maio*, *Brinco de Princeza*, *28 de Setembro*, *Auriverde*, *Paulistano*... todas elas promoviam bailes, embora tivessem nascido com idéia de serem beneficentes para ajudar negros. Entretanto, uma das poucas que mantinham esse objetivo era o *Kosmos*. Havia nessa sociedade um corpo cênico e um jornal. O presidente era funcionário da Faculdade de Direito, um grande homem chamado Frederico Baptista de Souza. Ele chegou a vender uma casa dele para manter a sociedade dentro dos padrões de seriedade, onde não se tinha ambiente para ir buscar mulher ou tomar bebedeira. Era uma sociedade para família e aquela postura dava um cunho intelectual, literário. (LEITE, 1992, p. 33)

Trata-se do mais bem sucedido exemplo de sociedade recreativa que, lançando um jornal, conseguiu mantê-lo por dez anos (1915-1925). No que diz respeito às sociedades recreativas, vejamos uma explicação acerca de sua hierarquização interna.

⁴ Jornal *A Liberdade*, Ano I, Número 14.

Exemplo da hierarquia existente nos clubes negros paulistanos⁵



Chama a atenção, acima, a clara menção à participação feminina, que ainda que restrita à base da hierarquia e a funções relacionadas aos cuidados com as roupas, aparência e comportamento dos freqüentadores daquelas agremiações, contraria as ideias de que eram espaços exclusivamente masculinos.

A imprensa negra paulistana

Como assinalamos anteriormente, a imprensa negra representou uma das muitas estratégias encontradas por alguns membros da comunidade negra paulistana no sentido de formar e desenvolver uma consciência étnica que os integrasse ao novo sistema. Seu caráter foi, nesse sentido, marcadamente assimilacionista, pois a resistência à estigmatização negativa de sua alteridade caracterizou-se pela enunciação de discursos que visavam criar comportamentos desejáveis e autorizados pela modernidade. Bastide (1951) e Ferrara (1986) foram

⁵ Organograma do Grêmio Recreativo Princesa do Norte, Outubro de 1920, em *A Sentinella*, Ano I, número 1.

os pioneiros na interpretação dos jornais dessa imprensa, possibilitando-nos a construção dos quadros apresentados a seguir.

Quadro 3: periodização dos jornais da imprensa negra proposta por Roger Bastide

Primeiro Período: 1915/1930	Segundo Período: 1930/1937	Terceiro Período: 1945 em diante
Marcado pelo momento de pós-guerra que divulgou os ideais de liberdade e igualdade, o grande combate pela democracia despertou aspirações por uma melhor sorte; época de indícios dos primeiros efeitos da política de educação no Brasil; a parte social é bastante relevante, mas já se delinea a política de protesto racial.	Passagem da reivindicação jornalística à reivindicação política.	A volta ao estado democrático após o Estado Novo. Jornais apologistas da experiência de Palmares propunham um modelo de República fraternal, cooperativa e liberal, inspirados pela experiência multirracial e multicultural palmarina

Quadro 4: periodização dos jornais da imprensa negra proposta por Miriam Nicolau Ferrara⁶

Primeiro Período: 1915/1923	Período caracterizado pela tentativa de integrar o elemento negro na sociedade brasileira e de gestação de uma consciência social, ou de formação de uma Psicologia Social do negro paulistano, que só ganhará força mais tarde, quando as estruturas e a conjuntura econômica possibilitarem a inserção do negro no mercado de trabalho.
Segundo Período: 1924/1937	Começa com a fundação do jornal <i>O Clarim da Alvorada</i> e tem seu ápice em 1931 com a formação da FNB (Frente Negra Brasileira), tendo como principal canal o jornal <i>A Voz da Raça</i> que surgiu em 1933. O Estado Novo põe fim a esse período.
Terceiro Período: 1945/1963	Período das grandes reivindicações políticas propriamente ditas.

Não há uma incompatibilidade fundamental entre as duas propostas de periodização; ao contrário, elas se complementam. Optamos pela periodização sugerida por Ferrara, cujo estudo tinha como principal objetivo descrever e analisar a imprensa negra enquanto um veículo de transmissão do pensamento grupal, ou seja, buscar entender como negras e negros, filhos ou netos de escravizados, puderam articular interesses e propostas de intervenção coletiva por meio destes órgãos.

Visando contribuir para o entendimento e elucidação da realidade social do negro paulistano do período em questão, debruçamo-nos sobre a seguinte questão:

haveria homogeneidade ou alguma coesão nos interesses que caracterizariam o elemento negro como integrante de um grupo distinto dos demais? Desse modo, como se definiria essa distinção?

Embora acidentes fenotípicos colocassem o negro como integrante de um grupo real, nem sempre houve uma consonância entre as atitudes, cosmovisões e expectativas de todos os negros paulistanos. As diferenças se faziam gritantes, sobretudo quando confrontamos: o negro letrado e empregado, que constituía uma ínfima minoria de funcionários públicos, militares e profissionais liberais de baixo escalão que passou a militar nessa imprensa que estudamos; e a maioria composta por negros incultos e desempregados que eram recorrentemente excluídos do processo de trabalho organizado, condição fundamental para a obtenção da dignidade civil.

Os bacharéis em Direito, aliados aos “doutores” da Medicina, foram os arautos credenciados da máxima *Ordem, Progresso e Civilização*, na mais estrita consonância com os ditames sugeridos pelos centros europeus de pesquisa científica e pseudo-científica. A estrita identificação entre raça, cor e capacidade intelectual, que funcionou como um artifício para justificar a empreitada neoloconial nos continentes asiático e africano, aqui serviu a propósitos tanto eugênicos (de indução ao branqueamento pela via da miscigenação) quanto higienistas (de associação entre raça, cor e promiscuidade, delinquência e decrepitude).

Ora, de um modo ou de outro e com raras exceções, nossos pensadores e cientistas locais mostraram-se propensos a apreender tais fundamentos oriundos do *darwinismo* social e ratificados pelo eurocentrismo em voga. Tinham o fiel propósito de libertar o país do atraso e da barbárie representados pela cor indefinida e escura de nossa gente.

O grande surto imigratório iniciado no final do século XIX, que atingiu particularmente o estado de São Paulo, transformou substancialmente sua configuração cultural e étnica, propiciando uma interação, ao mesmo tempo profícua e nefasta para os grupos negros, desse momento em diante, demograficamente defasados diante dos grupos brancos.

O lugar da mulher na imprensa negra paulistana

À primeira vista e considerando-se superficialmente os jornais da imprensa negra paulistana do período focado, a mulher aparecia apenas de forma subjacente e sempre circunscrita aos papéis idealizados pelo ideal burguês do amor romântico (como mães, madrinhas, esposas, noivas, filhas ou quando muito “Directoras de Toilette ou Syndicância”). Em alguns artigos é notória uma constante busca de sincronia entre os cânones celebrados por essa ética burguesa e, conseqüentemente, machista, e as atitudes das mulheres, principais alvos de preleções de cunho moral.

No entanto, a importância da figura feminina extrapola os limites do recato e do silêncio impetrados pelo desejo de integração à nova ordem, evidenciado pelos homens que escrevem nestes jornais, impondo-lhes ousadia e transgressão, evidentemente nem sempre aceitas.

Nas seções de “Críticas e Mexericos”, por exemplo, relegadas às últimas páginas dos referidos jornais, a mulher é tema recorrente e podemos apreender com nitidez quais aspectos dos comportamentos e atitudes dessas mulheres eram condenados e tidos como inconvenientes:

Ficar na rua até altas horas;
Namorar fora de casa;
Namorar com ‘**neves**’;⁷
Maquiar-se exageradamente;
Vestir-se de forma indecorosa ou aparentando desleixo;
Fumar e beber;
Dançar determinados estilos de música considerados lascivos ou inconvenientes, etc.

Alvo predileto de vigilância e controle, a dimensão de gênero aparece pela oposição entre “coisas e lugares de homem e coisas e lugares de mulher”, evidenciando uma relação de poder pautada na divisão dos espaços públicos e privados, sedimentada na dimensão de gênero. (SEGALEN, 1988, p. 409; VIVEIROS VIGOYA, 2000)

O controle sobre a própria sexualidade e sobre os espaços que deveriam ou não ser frequentados pelos negros era constante, bem como os indivíduos eram

⁷ Neve é uma forma pejorativa de se referir ao homem branco.

submetidos às campanhas moralizadoras de grande parte dos articulistas dos jornais negros. No entanto, a despeito de todas as tentativas de encarceramento e controle, além dos comportamentos transgressores acima descritos, a presença feminina se fazia imanente à maioria dos eventos promovidos pela imprensa negra paulistana, na medida em que essas mulheres figuram como organizadoras de festas, almoços, jantares, jogos coletivos, cerimônias religiosas e eventos de cunho beneficente.

Além disso, tais mulheres eram presença constante e necessária nos bailes, quermesses, leilões, sem contar que eram o assunto preferido dos homens. Algumas, inclusive, ousaram a incursão pelo mundo das letras, figurando como colaboradoras no envio de poesias e contos aos jornais da imprensa negra paulistana. Constantemente referidas, seja por seus excessos, seja por suas faltas, lá estão elas: manifestando-se na condição de mães, filhas, noivas, comadres, namoradeiras, faladeiras; homenageadas ou execradas, mas como presença necessária na vida, subjacente nas representações veiculadas por aquela imprensa.

Na seção “Observando”, do jornal *O Kosmos*, de novembro de 1922, lemos o seguinte texto:

Diariamente os jornaes criticam justa e benevolmente o actual exagero da moda, que em geral, as senhoras adoptam nos seus vestuários, prejudicando assim, - a moral e o physico. São bem desnecessários os decotes descommunaes, os braços nus, a demasiada pintura, que forçosamente virá estragar a belleza natural feminina.

[...] O recato e o pudor, davam melhor brilho a belleza feminil; a modéstia concorria para o encanto irresistível da mulher [...] Se todas reflectissem, não adoptando os trajes berrantes e os gestos desabridos, haverá do **sexo forte** mais respeito e os seus encantos não seriam severamente ultrajados pela critica. A mulher só por si, predomina o homem, com a esthetica da sua belleza!. (grifos nossos).

A vaidade feminina era considerada nociva, física e moralmente, e a natureza (em oposição à cultura) era invocada para impedir o uso de artifícios estéticos como a maquiagem e os tais *trajes berrantes*, ao passo que a exposição do corpo por meio de decotes e de *gestos desabridos* era igualmente desaconselhada em prol do recato e do pudor.



Imagem 1 – Foto de Militão Augusto de Azevedo
(Fonte: Acervo MIS)

Evidentemente, há uma distância entre essa mulher ideal que se quer e que se postula em seções como a de “Notas Sociais” e a mulher condenável das seções de “Mexericos”. Naquelas, a celebração do “ideal do amor romântico” se dá pela ritualização dos momentos marcantes do processo de estabelecimento desse estilo de vida familiar – daí os comunicados de nascimentos, batizados, noivados, casamentos etc. –, enquanto a mulher negra real que é recorrentemente censurada, representada pela mulher “da rua”, que bebe, que briga, que namora, que frequenta os abomináveis bailes de cavação, que faz arruaças, se torna um incômodo e atrapalha os anseios de integração dos negros letrados e aburguesados que dirigem estes jornais. Esta é a mulher que, de alguma maneira, contraria tanto as expectativas de construção de uma nova identidade para o homem negro – que a quer silenciosa e discreta, circunscrita aos espaços de sua casa e não aos da casa do outro – quanto do homem branco, que a quer como serviçal de cama e de mesa, porém limitada às esferas da alcova, do silêncio e da invisibilidade. O fragmento abaixo sinaliza a preocupação dos homens negros com a ameaça representada pela vaidade feminina que, sob seu ponto de vista, os exporia à concorrência com os outros homens:

As senhoras que vivem captiva dos rigores da moda, tornando-se uma boneca, um objecto de luxo, única e exclusivamente para prender a atenção do homem, terá fatalmente que ver fracassado o seu falaz império, com o selo horrível do tempo; – a velhice, lhe imprimir na face. (*O Kosmos*, ano 1, número 6, novembro de 1922)

Outras seções desses jornais revelavam a constante angústia do negro letrado diante de uma situação que contrastava com seu discurso civilizatório e eugênico, consoante aos ideais celebrados pelas elites brancas. Ainda que, a despeito de todo seu esforço, tais elites negassem àquele homem negro seu pertencimento à humanidade, ao gênero masculino e à classe trabalhadora.

Esta sociedade não obstante ser constituída de cavalheiros distintos, as damas que a frequentam, com pequena exceção, não estão adequadas ao meio. O "Alfinete" que é amigo de todos os homens pretos, em defesa destes, acha de bom aviso que haja certa distincção, por parte da Diretoria, no ingresso de algumas damas que, além de serem alegres de mais, trazem más consequencias à sociedade e às pessoas que alli vão!

Desculpem-nos. (*O Alfinete*, ano 4, número 75, 25 de setembro de 1921, grifos nossos)

Atentamo-nos para um aspecto da sociabilidade negra que se caracterizaria pela conformação de um vernáculo próprio, no qual as dimensões de familiaridade e afetividade seriam pautadas pelos referenciais da coloquialidade e da linguagem corriqueira e cotidiana que contrastava com o linguajar pomposo e formal pelos quais se pautavam a literatura e o jornalismo da época.

Esse diálogo profano entre e sobre as mulheres negras e os homens negros opera por regras de gênero estritas. Ele estabelece a prioridade do ritmo da existência cotidiana pessoal, íntima e alheia ao trabalho e utiliza este foco para instituir uma comunidade ou clientela de ouvintes ativos que mal é distinguível em seus efeitos daquela mais sagrada que a igreja fornece. O sagrado e o profano juntam-se em eventos musicais onde suas diferenças se dissolvem [...]. (GILROY, 2001, p. 378)

Porém, essa imprensa negra se afirmava a partir de um referencial que a especificava, pois, em sua maioria, tais jornais eram ligados a clubes e associações recreativas (destinadas fundamentalmente a bailes, concursos de dança e festas de toda ordem), em que o lúdico e o prazer eram os liames da relação entre negros letrados e a grande maioria de negros e negras que vivia à margem do mundo ordenado, civilizado e limpo pleiteado pelo projeto das elites.

Havia também por parte da imprensa negra paulistana uma tentativa de controlar o espaço profano dos salões de baile, por meio da proibição de algumas danças consideradas imorais, como foi o caso do maxixe, indicando roupas e posturas adequadas ao ambiente familiar que se desejava criar nesses espaços. Havia toda uma etiqueta voltada para a regulação e normatização dos espaços e atitudes. As danças permitidas (valsas, tangos, *fox-trot* e outras danças burguesas da época) reificavam os ideais masculinos e femininos, definindo os papéis concernentes a cada um dos pares, por exemplo.

SE TODAS REFLECTISSEM...HAVERÁ
DO "SEXO FORTE" MAIS RESPEITO...



Imagem 2 – Foto de Militão Augusto de Azevedo
(Acervo UNICAMP)

Há que se ressaltar a participação de algumas mulheres na organização destes bailes e festas, o que nos foi indicado pelos organogramas que mostravam a distribuição das suas funções na estrutura dessas organizações, e em uma sociedade com tamanha expressividade, como o foi o “Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos”, o fato de ter em seus quadros uma “Directoria de Sócias” indica a conquista de poder alcançada pelas mulheres negras à época. Como indica

a foto acima (Imagem 2), os negros urbanos e letrados pleiteavam a adesão ao puritanismo que credenciaria o grupo aos propósitos higienistas do asseio, da contenção e do recato. De acordo com a epígrafe retirada de um dos jornais da imprensa negra: “Se todas reflectissem, haverá do ‘sexo forte’ mais respeito...”

Quadro 5: Comissão Directora das Sócias

Presidente	Dona Alzira Barreto
Vice-Presidente	Dona Eugênia Botelho
1ª Secretária	Dona Maria Guilhermina
2ª Secretária	Dona Maria Luiz Villas-Boas
1ª Thesoureira	Dona Benedita da Conceição
1ª Procuradora	Dona Josepha Máxima Teixeira
2ª Procuradora	Dona Anna de Azevedo
1ª Fiscal	Dona Maria Honorina Soares
2ª Fiscal	Dona Luiza de Moura Baptista
Directoras Auxiliares	Dona Plácida Gonçalves e Dona Maria Ramos

Mulheres negras e mulheres imigrantes compartilhando a pobreza em situações diferentes: mobilidade e imobilidade

Na imprensa operária estrangeira, em relação ao que vimos sobre a imprensa negra, a tônica do discurso era ligeiramente diferente, posto que o ambiente celebrado era o das fábricas, do trabalho fora de casa, por oposição ao espaço doméstico ou mundano (de bailes e festas) ocupado pelas mulheres negras. Nesse contexto, as mulheres imigrantes ocupavam outro lugar – social e discursivo – na medida em que seu papel econômico e social, ainda que semelhante ao das mulheres negras que também contribuíam financeiramente (quase que de maneira exclusiva) para a manutenção dos lares negros, conferia àquelas distinção e visibilidade diferenciadas justamente pelo maior prestígio conferido ao trabalho nas fábricas.

É notório que as mulheres imigrantes e operárias tinham um espaço de circulação maior que o das mulheres negras, pois seu deslocamento da casa à fábrica ampliava seu circuito de negociações e interações, bem como fazia com que seu referencial de vida fosse diferente do das mulheres burguesas (também circunscritas aos lares e a eventos sociais dominados pelos homens).

Disciplina, asseio e ordem eram requeridos tanto nos espaços públicos quanto nos privados, porém, os canais de expressão e a conquista de novos horizontes existenciais, além da mobilidade socioeconômica pelas vias da educação formal e da poupança possibilitaram às mulheres e às famílias brancas imigrantes mudanças de status que não foram possíveis às mulheres e às famílias negras.

Há que se considerar também que em um primeiro momento (primeira década do século XX), tanto as famílias negras (muitas vezes, migrantes egressas do mundo rural), quanto as famílias imigrantes coabitavam os mesmos espaços, representados pelos cortiços e porões – exíguos, fétidos e putrefatos eram as palavras de que se valiam os articulistas dos jornais para descrevê-los em suas publicações.

Entretanto, paulatinamente, devido não só às redes de proteção familiares e patrícias, através das quais os capitalistas estrangeiros privilegiavam a concessão de empregos aos seus conterrâneos, mas, também, devido à capacidade de poupança possível às famílias, nas quais muitos de seus membros eram trabalhadores assalariados, houve uma mobilidade dos imigrantes que foi afastando as populações negras das brancas.

Filantropos e industriales tomavam conciencia del estropicio humano que causaram los primeros tiempos de la industrialización. Sus tentativas para estabilizar la clase obrera pasaban primeramente por su 'familiarización' que estaba ligada a mejores condiciones materiales y concretamente a condiciones decentes de alojamiento. (SEGALEN, 1988, p. 406)

No Brasil, a questão racial sempre foi eufemizada e escamoteada, pois os ideais eugênicos presentes nas teorias evolucionistas clássicas aqui transigiram para uma política oficial de higienização e saneamento dos espaços que, na prática, representou a expulsão dos não brancos dos espaços centrais, visto que foram empurrados para a periferia longínqua em nome da ciência, da limpeza, da saúde e da beleza. (SCHWARCZ, 1998)

A percepção da exploração e das condições humilhantes a que eram submetidas as mulheres negras, à época principais mantenedoras financeiras dos lares negros, trabalhando na maior parte das vezes como domésticas, não escapou à observação dos articulistas da imprensa negra paulistana:

Na “Gazeta” desta capital, do dia 9 do corrente, encontrou-se uma critica com referencia às criadas, declarando que as mesmas exigem ordenados de 60\$000 a 80\$000 e mais, além do bond, e que daqui alguns dias, querem também automóvel. Mas esqueceu de dizer que, na maioria das vezes, se trata uma criada sómente para cosinhar; no dia seguinte, porém, vae ella lavar uns lenços, no outro, uma roupinha de criança, no outro, um lençol, uma colcha, porque a lavadeira não veio, ainda, não pondo em conta passar um panno molhado na sala, etc.etc. e às vezes o calote com que algumas são presenteadas, no fim do mez, sem poder reclamar, para não passar por ladra. Devia mesmo haver as cadernetas de identificação, porque seria melhor, uma vez que houvesse obrigações recíprocas evitando o excesso de trabalho por pouco dinheiro, pois as criadas não têm lei e, vamos e venhamos, a criada sempre é mais infeliz que os operarios que trabalham 8 horas em determinados serviços. É bom ser imparcial. (AZUOS, O Alfinete, ano 4, número 75, 25 de setembro de 1921)

Nesse fragmento nos é dada a dimensão da situação das mulheres negras na capital paulista nos anos 1910 e 1920: mantenedoras de grande parte dos lares negros, eram submetidas a situações constantes de exploração e humilhação. Mesmo quando lesadas financeiramente pelas patroas não poderiam se insurgir, tendo em vista o perigo de serem acusadas de roubo. Desamparadas pela lei, criticadas e vigiadas pelos homens, a imagem mais pungente dessa mulher revelada pelas páginas da imprensa negra paulistana é ainda a da mulher alegre, irreverente e desmedida que não se calou nem sucumbiu às recorrentes tentativas de cerceamento de sua liberdade e ousadia.

Minha mãe foi cozinheira [...] de grandes famílias. Foi fundadora do Paulistano. Que a minha mãe era uma mulher assim [...] ela trabalhava com a família Penteado e ela fez umas viagens assim no exterior. Uma série de coisas [...] então em 1925, 27 minha mãe já pensava em Sindicato de Domésticas. Então ela fundou esse Paulistano com as cozinheiras e empregadas do Jardim América aqui na Alameda Santos. Foi fundado como Sociedade [...].
(Geraldo Filme de Souza, *Memória do Carnaval Paulistano*, MIS: Fita 112.13.14, 27 de maio de 1981)

Cravada na memória de seus filhos, a imagem daquela mulher negra paulistana, artífice de sua história, ainda que relegada às margens do discurso oficializado pelos homens, fica referendada por meio dessas palavras de Geraldo Filme, artista negro paulistano, cuja memória traz à história a combatividade e resistência da mulher negra paulistana.

Considerações finais

“– Aquela não endireita mais!... cada vez fica até mais assanhada!... Parece que tem fogo no rabo! Pode haver o serviço que houver, aparecendo pagode vai tudo pro lado! Olha que saiu o ano passado com a festa da Penha! [...] No entanto, não era uma criatura má, afinal era bem quista por todos os moradores do Cortiço, embora fosse criticada por alguns que não compreendiam sua escolha de vida, mas que no fundo tinham mesmo era inveja e muita vontade de viver como ela: “– Ainda assim não é má criatura... Tirante o defeito da vadiagem... [...] – Bom coração tem ela, até demais, que não guarda um vintém pro dia de amanhã. Parece que o dinheiro lhe faz comichão no corpo [...] “– Casar? Protestou a Rita. Nessa não cai filha de meu pai! Casar? livra! Para quê? Para arranjar cativo? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! [...] não há como viver cada um senhor e dono do que é seu!”

(Aluísio Azevedo, *O Cortiço*)

Finalizando, trazemos como emblema da mulher livre, autônoma, senhora de si e de seu destino estes excertos acerca da personagem Rita Baiana, criada por Aluísio Azevedo em sua obra *O Cortiço*, publicada pela primeira vez em 1890. A escolha se dá por de alguma maneira ratificar a representação da mulher negra e pobre recorrente nos jornais da imprensa negra do período que apresentamos. E, por que não dizer, por ainda representar a resistência de muitas e tantas mulheres negras de hoje que escolhem a vida “condenável” e “criticável”, abrindo mão da ordem e da disciplina para fruir a diversão e a vida à margem.

São vidas à margem do colonialismo e do patriarcado e que traduzem formas e maneiras ousadas de produção de saberes e de subjetividades e que são, desde o período que enfocamos neste artigo, proscritas pelos paradigmas legados por perspectivas eurocêntricas e eurocentradas de análise. Acreditamos que estas mulheres tiveram e têm, ao longo de todo esse processo iniciado talvez ainda no período escravocrata, produzido saberes com um potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico (SANTOS, 2008), que podem tornar possíveis novas maneiras e modos sob os quais homens e mulheres concebem os afetos e as relações, viabilizando alternativas ao colonialismo e ao patriarcalismo e racismo dele decorrentes.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BASTIDE, Roger; FERNANDES. Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Unesco/Anhembi, 1955.

- _____. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- _____. *A imprensa negra do Estado de São Paulo*. São Paulo: Estudos Afro-Brasileiros, FFLCH-USP, 1951 (Boletim de Sociologia; nº 2).
- BUTLER, Kim. D. *Freedoms given, freedoms won: afro-Brazilians in post-abolition-São Paulo and Salvador*. New Jersey: Rutgers University Press, 1998.
- CAIUBY NOVAES, Sylvia. *O uso da imagem na Antropologia*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1887-1944)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- CORNEJO, Carlos; GERODETTI, João Emílio. *A capital paulista nos cartões postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas Ltda., 1999.
- DUARTE, Paulo. *História da Imprensa em São Paulo*. São Paulo: ECA/USP, 1972.
- FERNANDES, Florestan et al.. *A questão racial brasileira vista por três professores*. Série Cultura Geral, São Paulo: ECA/USP, 1971.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: EDUSP, 1965.
- _____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: Ed. FFLCH-USP, 1986. (Coleção Antropologia, v.13).
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM/CEAA, 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Trad. Márcia B. M. L. Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. 6. ed. Trad. Maria Célia S. Raposo. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOULD, Stephen Jay. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1991.
- GUILLAUMIN, Colette. *L'idéologie raciste: genèse et langage actuel*. Paris: Mouton & Co., 1972.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Baianos e paulistas: duas escolas de relações raciais. *Tempo Social*, São Paulo, 11 (1), p. 75-95, mai.1999.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LEITE, José Correia (org.). ... *E disse o velho militante José Correia Leite - depoimentos e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- MARZOLA, Nádia. Bela Vista. In: *História dos bairros de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura - Departamento do Patrimônio Histórico, 1979.
- MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. *Revista de Cultura Campinas*, n. 6, p.17-24, dez. 1996.

NINA RODRIGUES, Raimundo de. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

RAMOS, Guerreiro. Sociologia do Negro-Ideologia da Brancura. In: *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, IBESP, 1956.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, março 2008.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>.

SEGALEN, Martine. La revolucion industrial: del proletario al burgues. In: BURGUIÈRE, A. et al. *Historia de la familia: el impacto de la modernidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. (v. 2)

SEYFERTH, Giralda. A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da Raça no Brasil: A tese de João Batista de Lacerda. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 30, p. 81-98, 1985.

_____. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C.; SANTOS, V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CCBB, 1996. p. 41-58.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do séc. XIX*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

SIMMEL, Georg. *Filosofia do Amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

VIGOYA, Mara Viveros. Notas em torno de la categoria analítica de gênero. In: ROBLEDO, Ângela Inês; PUYANA, Yolanda (comps.). *Ética: masculinidades y feminilidades*. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia, Centro de Estudios Sociales (CES).

Artigo recebido em 21 de novembro de 2012. Aprovado em 05 de fevereiro de 2013.